



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

**REQUERIMENTO N° , DE 2017**

**(Do Sr. Nelson Pellegrino)**

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a operação e privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal combinado com os Artigos 24, item III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a operação e privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação. Solicito que sejam convidados a comparecerem à audiência pública as seguintes autoridades:

- I. Ex-deputado federal e ex-presidente da Telebras, **Senhor Jorge Bittar**;
- II. Ex-chefe do Departamento de Relações de Governo do BNDES e ex-Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Senhor Luiz Antonio Elias**.

**JUSTIFICATIVA**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um projeto estratégico nacional desenvolvido pela Telebras, juntamente com os Ministérios das Comunicações, da Defesa e da Ciência e Tecnologia, dentro de uma visão pública de contribuir no enfrentamento da desigualdade social e promover a inclusão digital no Brasil.

O primeiro satélite brasileiro de uso civil e militar deveria contribuir para a defesa e comunicações no País, além de ampliar a oferta de banda larga, especialmente nas áreas remotas. O equipamento foi adquirido pela Telebras e tem uma banda Ka, que seria utilizada para comunicações estratégicas do governo. Custou mais de 2,1 bilhões de reais.

O equipamento teria 70% da sua capacidade voltada para ampliar a oferta de internet banda larga no país. Os 30% restantes são destinados às comunicações estratégicas das Forças Armadas brasileiras.

Além de assegurar a independência e a soberania das comunicações de defesa, o acordo de construção do satélite envolveu amplo processo de absorção e transferência de tecnologia, com o envio de 50 profissionais brasileiros para as instalações de Thales Alenia Space, empresa responsável pela construção do equipamento em Cannes e Toulouse, na França.

Vale lembrar que, atualmente, os 50 satélites que prestam serviço no Brasil ou são controlados por estações que estão fora do país ou estão nas mãos de empresas com capital estrangeiro.

Neste momento que deveria de fortalecimento da soberania nacional, pois estamos caminhando para adquirir a independência nas comunicações via satélite, fomos surpreendidos, no dia 23/02/2017, pelos dirigentes da Telebras, quando em audiência pública, ratificada pelo Edital de Chamamento Público número 1/2017, apresentaram proposta para comercialização do Satélite—



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

SGDC, optando por dividir a capacidade satelital em 4 lotes e alienar 3 deles, isto é, mais de 80% da capacidade, mediante oferta pública. Esse Satélite, que recém entrou em operação, poderá ser vendido no mercado para as grandes operadoras multinacionais de telecomunicações, sem absolutamente nenhum compromisso de prestação de serviços para a sociedade brasileira, desconsiderando o arcabouço normativo que legalizou sua aquisição, operação e utilização.

Em movimentos rápidos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o governo de Michel Temer quer entregar a exploração do satélite ao mercado, o que comprometerá o atendimento de áreas geográficas com problemas de acesso à banda larga. As empresas privadas, obviamente, só escolherão regiões com alto poder aquisitivo. Não atuarão em áreas de baixa renda ou de baixa densidade demográfica, como é o caso da Amazônia. E não haverá nenhum compromisso para resolver o problema da exclusão digital, serviços de governo.

Dessa forma, acredito ser de especial importância a aprovação do presente requerimento.

**Sala da Comissão, 21 de novembro de 2017.**

Deputado **Nelson Pellegrino**  
(PT/BA)